

**PESQUISANDO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS:
História e Patrimônio na sala de aula**

**RESEARCHING ARCHAEOLOGICAL SITES:
*History and Heritage in the classroom***

Flávia Eloisa Caimi¹

Francielle Moreira Cassol²

RESUMO

O estudo ora apresentado dialoga com o tema da educação patrimonial, indagando sobre as potencialidades metodológicas da História escolar em contemplar proposições que visem à educação dos jovens para o reconhecimento e o respeito ao patrimônio cultural e, conseqüentemente, para uma sólida formação histórica. Parte-se da premissa que a História, como disciplina escolar responsável pela produção de conhecimentos sobre os modos como as sociedades humanas responderam aos desafios da sua época, se faz mediante determinadas operações cognitivas e práticas de busca/organização das informações, enfim, como atividade intelectual ativa e reflexiva. Com base nesse entendimento, desenvolveu-se uma sequência didática em duas turmas de sexto ano do ensino fundamental de escola pública, cuja proposta central contemplou a simulação de escavação de um sítio arqueológico, seguida de um conjunto de procedimentos operativos próprios das práticas de arqueologia, reproduzindo atividades laboratoriais, como separação, higienização, etiquetagem, levantamento de hipóteses, sistematização das informações. A pesquisa-intervenção demonstrou o envolvimento dos alunos com a produção do conhecimento histórico, na medida em que assumiram o protagonismo da aula; a sólida apropriação de conceitos específicos da temática em questão; a compreensão de que o conhecimento histórico resulta de práticas e procedimentos de pesquisa, aproximando-se do método histórico; e, por fim, o entendimento de que os vestígios das interações humanas no tempo possuem valor no mundo contemporâneo, o que os capacita a reconhecer as potencialidades de tais vestígios/evidências na constituição do patrimônio histórico e cultural.

Palavras-chave: Ensino de História. Arqueologia. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This study dialogs with the patrimonial education theme, questioning about methodological potentialities of the scholarship History to contemplate proposals that aim to educate the students towards the recognition and respect of the cultural patrimony and, as consequence, to a solid historical

¹ Doutora em História e docente do PPGEDU-Mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo (RS). E-mail: caimi@upf.br

² Discente do Curso de História da Universidade de Passo Fundo (RS). E-mail: fran_cassol@yahoo.com.br

formation. The premise taken as initial point is the one that says that the History, as scholastic discipline responsible for the production of the knowledge about how societies had responded to their time challenges, is made through determinate cognitive operations and information researching/organization practices, at last, as active and reflexive intellectual activity. From this premise, was developed a didactical sequence in two public school sixth grade classes which central purpose was the simulation of an archeological site excavation, followed by a conjunct of operational procedures inherent to the archeology practices, reproducing laboratorial activities as separation, cleaning, labeling, hypothesis survey and information systemization. The interventional research has demonstrated the students involvement with the historical knowledge production, as they became the protagonists of the class; the solid absorption of the specific concepts of the theme object study; the comprehension at the historic knowledge results from research practices and procedures, approaching themselves to the historical method; and, at last, the understanding that the vestiges of the human interactions in the past have a value in the contemporary world, what qualify them to recognize these vestiges/evidences potentialities in the historical and cultural patrimony construction.

Keywords: History's teaching. Archeology. Patrimonial Education.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um momento, no ensino de História, em que as críticas aos métodos livrescos, conteudistas e memorísticos, que marcaram época nas décadas de 1980 e meados de 1990, vêm cedendo lugar a um conjunto de reflexões teóricas e proposições metodológicas cuja intencionalidade é dar sentido ao estudo da história e inteligibilidade ao tempo presente, por meio do reconhecimento das experiências dos indivíduos e sociedades que nos precederam, em diferentes épocas e lugares.

Seguindo essa tendência propositiva e prospectiva, o trabalho aqui desenvolvido trata de uma experiência de ensino e aprendizagem da História, realizada junto a duas turmas de sexto ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, que se pautou pela preocupação em mobilizar os estudantes para o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural, além de aproximá-los, por meio de práticas de simulação, dos procedimentos que são próprios do campo da arqueologia.

O texto está estruturado em três seções. Na primeira procura-se dialogar brevemente com os fundamentos da noção de patrimônio, de educação patrimonial e de arqueologia; na segunda seção, discutem-se as possibilidades metodológicas desses temas na aula de História, no segundo segmento do Ensino Fundamental. Por fim, na última sessão, apresenta-se o relato da experiência desenvolvida na oficina de escavação de um sítio arqueológico simulado, seguida de diversos procedimentos que caracterizam o ofício do arqueólogo e, em certa medida, do historiador.

2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A ARQUEOLOGIA

O termo patrimônio histórico nasceu na Europa, no contexto do pós-Revolução Industrial e pós-Revolução Francesa, associado aos processos de formação do Estado Nacional. Com o advento da industrialização, e o conseqüente movimento de transformações por ela geradas, tornava-se ainda mais necessária a salvaguarda do passado que, nesta época de transição e de profundas mudanças, esvaía-se rapidamente. Nesse contexto, o objetivo do patrimônio perpassava a construção do Estado-Nação, tarefa que requeria a elaboração de uma identidade coletiva, que pudesse ser compartilhada simbolicamente por todos os cidadãos, reconhecendo-se como oriundos de uma mesma nação. Embalada por essa ideia, origina-se a necessidade da invenção de um passado comum, no qual a noção de patrimônio histórico cultural estava inserida.

No contexto brasileiro, a ideia de patrimônio estava associada à concepção europeia, notadamente a francesa. A partir da chegada da família real à Colônia, em 1808, iniciaram-se ações preservacionistas, tendo como alvos os bens referentes à colonização portuguesa, ou ligados a ela. Destacou-se, nesse momento, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Arquivo Público, ambos fundados em 1838. Ainda que as duas instituições almejassem a organização e a difusão da história do Brasil vinculada à construção de uma identidade nacional, não obtiveram êxito em superar as bases

européias, calcadas em conceitos como progresso, civilização e modernidade.

Uma vez que o ideal de civilização, aqui adotado, era estritamente o modelo europeu, associou-se o conceito de cultura apenas às artes visuais e à arquitetura, sendo então o patrimônio entendido como 'Pedra e Cal' (ELÍBIO JR., 2007). Após a criação do IHGB, a noção de patrimônio vinculou-se predominantemente à preservação de documentos escritos, justificando-se pela preocupação com a construção de uma origem fundante da nação brasileira.

Deve-se lembrar de que, no início do século XIX, ainda não existia, no Brasil, a preocupação com uma política institucional, que identificasse e preservasse o patrimônio, quando outro conceito europeu inseria-se na cultura brasileira: o conceito de modernidade. Nesse sentido, importados também foram os valores, os hábitos, as artes e a arquitetura, em cujos objetivos, nessa época, destacaram-se o da negação de um passado colonial, a expulsão e exclusão geográfica e social das camadas populares, juntamente com a sublevação da elite dominante do período. Como exemplo, pode-se citar o caso do Rio de Janeiro que, durante o governo de Pereira Passos (1902-1906), sofreu com sucessivas reformas urbanas. O movimento empreendido por Passos ficou conhecido como 'bota abaixo', visto ter demolido um núcleo colonial, desapropriando e destruindo casarios e cortiços 'em prol do progresso' (ELÍBIO JR., 2007).

Dessa forma, é somente a partir dos anos vinte do século passado, que uma noção mais ampla de patrimônio é despertada, em grande parte graças aos movimentos pós-Semana de Arte Moderna, ou Semana de 1922, acrescentada ao ideário do poeta e escritor Mário de Andrade. De toda forma, o que se estava construindo era uma memória histórica interligada com os heróis e os lugares, selecionados como os mais legítimos representantes da história brasileira.

Nessa época, Mário de Andrade foi convidado a dirigir o Departamento Cultural de São Paulo (1935-1938) com a incumbência de elaborar o projeto para a criação de um órgão responsável pelo patrimônio brasileiro. Esse documento foi utilizado na estruturação da Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado por

decreto presidencial em 1937. Cumprindo a tarefa que lhe foi confiada, o anteprojeto de Mário de Andrade já compreendia a salvaguarda de bens materiais e imateriais, classificação que não foi aplicada em sua totalidade pela política do Estado Novo. Segundo Elíbio Jr. (2007, p. 24),

A direção do SPHAN foi legada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o dirigiu por 32 anos, até sua morte em 1969. Sob a sua orientação, o projeto original de Mário de Andrade recebeu modificações significativas ao longo do tempo em que esteve à frente do SPHAN. Durante esse período, os bens culturais classificados como patrimônios deveriam trazer uma relação com o passado, calcado nos heróis nacionais e em fatos “importantes” para a História do Brasil. Esta apropriação do patrimônio com vistas a uma unidade nacional, constituindo um passado e presente harmônicos.

Isso significa que, na prática, se preservou quase tão somente o patrimônio edificado e, sendo assim, a maior parte dos bens ‘tombados’ estava relacionada à memória de grupos dominantes. No período dos governos militares, iniciado em 1964, os movimentos culturais sofreram censuras e represálias. Quanto à questão do patrimônio, todavia, não ocorreram mudanças significativas. Ao final da década de 1960, o SPHAN foi reformulado, passando a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A gestão do patrimônio brasileiro segue as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela ciência, cultura e educação em nível mundial. Até meados dos anos 1970, a UNESCO orientava o tombamento somente dos bens ditos “Pedra e Cal”. Entretanto, a partir de 1972, na Conferência Geral de Genebra, definiu-se uma nova categoria, a de Patrimônio Cultural da Humanidade, que contempla os bens de excepcional valor artístico, científico ou histórico³. A UNESCO possui sua própria classificação quanto aos bens culturais, a saber, **Meio Ambiente, Elementos não tangíveis e Bens Culturais**.

A respeito da classificação do patrimônio brasileiro, este se encontra, hoje, dividido em duas categorias: **material** e **imaterial**. O patrimônio material é composto por um conjunto de bens classificados de

³ A este respeito ver Trazzi (2008, p. 10).

acordo com sua natureza, em quatro Livros do Tombo: **Arqueológico paisagístico e etnográfico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas**. Já o patrimônio imaterial é salvaguardado de acordo com outros livros-registro, a saber, o **Livro dos Saberes; o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão; e o Livro dos Lugares**⁴. Atualmente, dentre os bens patrimoniais brasileiros tombados/salvaguardados, pode-se citar as Ruínas de São Miguel das Missões (RS) e a Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA). No entendimento de que todos possuem o direito à salvaguarda de sua memória, seja ela individual ou coletiva, além do direito de conhecer os seus bens culturais e os de outras culturas, desenvolve-se, no cenário educacional, a metodologia da **educação patrimonial**. Ou seja, o ensino por meio dos bens culturais que, no caso deste projeto em específico, trata-se dos bens arqueológicos.⁵

3 O PATRIMÔNIO COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA

Estudos mostram que, desde a década de 1970, o ensino de História tem buscado fortalecer a consciência crítica dos jovens, formando cidadãos aptos à vivência democrática (FONSECA, 1993; CAIMI, 2001). Para concretizar tal perspectiva formativa, a História escolar deixa de lado o ensino erudito e meramente memorativo, buscando desenvolver planos de aprendizagem que possibilitem aos alunos perceberem a racionalidade da análise social, cumprindo determinadas finalidades educativas, como aponta Joaquin Prats (2006): facilitar a compreensão do presente, por meio do estudo do passado; preparar os alunos para a vida adulta, oferecendo um marco de referência para a inteligibilidade dos problemas sociais do seu tempo; despertar o interesse pelo passado, entendendo a história como campo investigativo que o explica e lhe dá coerência; potencializar nos jovens um sentido de identidade, sem ignorar os valores de tolerância e as diferenças entre os indivíduos e contextos; ajudar os

⁴ Sobre as especificidades destas classificações ver Trazzi (2008, p. 12-13).

⁵ No presente trabalho assume-se a classificação indicada pelo IPHAN, ou seja, a divisão do patrimônio em material e imaterial.

jovens a reconhecerem suas próprias raízes culturais, além de estimular a compreensão de outras culturas, próximas e distantes; por fim, desenvolver exercício intelectual rigoroso, que introduza os jovens no conhecimento histórico, mediante o domínio de uma metodologia própria desse campo de saber.

No âmbito da metodologia, observa-se que os procedimentos, a partir dos quais o educando constrói o conhecimento, não se resume ao domínio de teorias e conteúdos. No envolvimento com a pesquisa, ele percebe-se como agente histórico e, com isso, o resultado do ensino mostra-se muito mais completo e relevante. As propostas educativas que apresentam o ensino e a pesquisa como itens indissociáveis, têm obtido maior êxito em superar a mera transmissão de conteúdos e possibilitado a formação de alunos críticos, reflexivos, enfim, cidadãos plenos. Dessa maneira, ficam explícitas as tentativas de ruptura com o fazer/ensinar História de forma tradicional, na medida em que se postula, hoje, um ensino integrado, pautado tanto no saber popular quanto no acadêmico, porém, visando, como já foi mencionado, a formação de um sujeito ativo, criativo e crítico.

Dentre os diferentes tipos de fontes históricas, a cultura material revela-se uma das mais antigas, juntamente com as fontes visuais e orais. No ensino de História, busca-se perceber as continuidades e discontinuidades dos objetos e seus diferentes usos ao longo do tempo, pois estes proporcionam rico material de estudo. Todavia, sua utilização com o propósito de construir a História ocorreu somente a partir do século XIX, período marcado pelo surgimento de novas ciências, tais como a arqueologia, a paleontologia e a antropologia. Quanto à arqueologia, seu principal objetivo consiste em promover uma reflexão constante sobre as condições sociais e humanas, realizando a crítica social do presente. Segundo Funari, a cultura material fornece matéria prima para o ensino das disciplinas ligadas ao mundo social (FURNARI apud ABUD; SILVA; ALVES, 2010).

Com base nesse novo referencial, a História renovou a metodologia do século XX e, conseqüentemente, a do século XXI, ao levar em consideração outros tipos de documentos, que não só os

impressos. Esse 'novo olhar' fez boa parte da historiografia se voltar para o cotidiano, contexto no qual se insere o estudo da cultura material. A partir daí, os historiadores deram-se conta de que os artefatos que os seres humanos criam, produzem, utilizam e consomem, dizem respeito não só a sua trajetória histórica como também à construção da sua identidade. Diante de tais premissas, é tarefa do historiador/professor inserir a cultura material no processo historiográfico de produção do conhecimento. Além disso, segundo Soares (2008, p.190):

Quando o educador inicia um processo de levantamento de história de vida e patrimônio pessoal, oportuniza um debate sobre o ser histórico, o lugar do cidadão no 'fazer' História e os direitos que a cidadania implica. Em maior escala, o levantamento histórico do bairro, do município e da região acarreta automaticamente nos patrimônios que esta cidade construiu ou preservou ao longo do tempo.

Assim, o que somos é, em certa medida, moldado com base na apropriação que fazemos do que a natureza nos legou. Os objetos construídos e utilizados por nós cotidianamente, dizem respeito à nossa própria história. Para isso, olhar historicamente um objeto implica em ao menos três etapas, a saber: projeto, processo e produto. E cabe à História fazer o caminho inverso, ou seja, partir dos vestígios do produto (objeto e sua utilidade), para entender o processo de sua constituição e o projeto que lhe deu origem.

Desde os primórdios, os seres humanos se valem da criação, do desenvolvimento e da produção de artefatos com vistas a uma série de objetivos inerentes às demandas de seu grupo social (qualificação da alimentação, facilitação de práticas produtivas e necessidade de proteção). Por outro lado, essa dinâmica proporcionou a modificação no relacionamento entre os povos à medida que os artefatos criados levavam ao aumento da produção agropecuária e à necessidade de estabelecer negociações comerciais e, conseqüentemente maior comunicação (ABUD, 2010, p.113).

A análise dos objetos proporciona a percepção de nossa vida individual, mas também dos meios sociais em que transitamos diariamente. Por isso, os artefatos constituem importante meio de preservar a memória, reconstruir a história e construir a consciência da trajetória histórica de cada sociedade.

4 DETETIVES DA HISTÓRIA: A EXPERIÊNCIA DA ARQUEOLOGIA EM SALA DE AULA

A proposta que originou este estudo, como dito anteriormente, foi desenvolvida em duas turmas de sexto ano, de uma escola municipal de Passo Fundo. Considerando que o programa escolar, em andamento na série, apresentava total consonância com a sequência didática que se almejava implementar, e, percebendo o interesse manifestado pelos alunos em conhecer mais sobre dinossauros, foi planejada esta experiência, por meio do estudo da Arqueologia, pois,

o trabalho arqueológico causa fascínio na grande maioria da população, independente da faixa etária ou escolaridade. O personagem Indiana Jones, salvaguardadas as proporções, tornou esta ciência conhecida no mundo todo. Porém, a maioria das pessoas acredita que a arqueologia tem como objeto de estudo os grupos humanos e dinossauros, demonstrando que sua metodologia é conhecida, mas ainda confundida com paleontologia (GOMES apud MATOS, 2010, p. 3).

Sabendo que a professora titular das turmas havia iniciado o conteúdo relativo à chamada pré-história, decidiu-se começar a intervenção por meio de algumas indagações, no intuito de reconhecer os conhecimentos prévios⁶ dos alunos sobre arqueologia e fósseis, dentre outros. Por meio de algumas perguntas, foi possível perceber que os alunos já conheciam algo sobre o tema e, principalmente, quais eram os equívocos que estavam cometendo a respeito destes temas-conceitos. A partir da análise das respostas, mapearam-se ligeiramente questões referentes ao conhecimento dos alunos sobre a temática. Por isso, ao iniciar a exposição das atividades e, mesmo depois, durante a realização das aulas, foram esclarecidos alguns pontos com os alunos, dentre os quais, a diferenciação entre arqueologia e paleontologia.

De maneira geral, por meio desse diagnóstico, pode-se perceber que a metade dos educandos entendeu que fósseis eram somente ossos

⁶ Segundo Mattozzi, a primeira aproximação ao estudo dos conteúdos requer que se leve em consideração aquilo que os estudantes aprenderam fora da escola sobre o passado. Sua utilidade reside em compreender o pensamento dos jovens sobre as informações recebidas, bem como identificar as operações cognitivas que conseguem realizar. A este respeito ver Mattozzi (2008, p. 10).

de dinossauros, o que foi conversado e explicado, procurando-se ampliar tal entendimento. Além disso, foi questionado junto às turmas o que elas estavam entendendo por vestígios e, juntos, construíram registros sobre os artefatos que podem ser considerados vestígios.

Entendendo que a história escolar também pode ser ensinada a partir da cultura material, estruturaram-se as aulas mediante uma proposta de trabalho envolvendo a simulação de sítios arqueológicos. O aparato teórico-metodológico utilizado foi pautado, dentre outros, no *Guia Básico de Educação Patrimonial*, organizado por Horta, Grunberg e Monteiro. Segundo o *Guia de Educação Patrimonial*, o real conhecimento da evidência material dá-se por meio da exploração de quatro etapas: a observação, o registro, a exploração e, por fim, a apropriação. Sobre o tema da educação patrimonial, as autoras demonstram que esta

baseia-se em princípios e metodologia que visam a sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos em uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos, para o reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu patrimônio cultural. Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e a identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e do seu cotidiano. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de autoestima, autoafirmação e cidadania (MATOS apud HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO 1999, p. 35-36).

Dentre os objetivos que orientaram a elaboração da sequência didática, pode-se destacar o de conscientizar os educandos para que se reconheçam como parte da história local, de forma que venham a deslegitimar as desigualdades, integrando socialmente os indivíduos e percebendo os caminhos que promoveram as diferenças sociais ao longo do tempo. Essa experiência visa, também, à elevação da auto-estima dos alunos, para que se percebam como agentes construtores da história, capazes de modificar os rumos que ela toma no presente, de modo que possam almejar um futuro qualitativamente melhor.

Manifestações culturais, como os sítios arqueológicos, são consideradas patrimônio da humanidade, por isto, esta atividade é ainda

um instrumento de motivação individual e coletiva para a prática da cidadania, para o resgate da auto-estima dos grupos culturais, e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre gerações. No desenvolvimento do trabalho, objetivou-se ainda iniciar os alunos para a compreensão da evidência cultural e dos diferentes modos de analisá-la, levando-os a perceber o processo de reconstituição do passado, por meio dos fragmentos e vestígios, em consonância com os princípios da educação patrimonial.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (MORAES apud HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 2007, p. 5).

As atividades que integraram o projeto da sequência didática, intitulado *Escavando Sítios Arqueológicos*, consistiram na prática dos alunos em trabalho de campo, através de sua intensa participação, incluído desde a escavação de um sítio simulado (Figuras 1 e 2, na sequência) até a sua análise em laboratório, também simulado. Ainda que o projeto tenha sido desenvolvido em duas turmas de sexto ano, não ocorreu de maneira igual. A simulação desenvolvida com primeira turma foi realizada no pátio da escola, numa área não pavimentada. Inicialmente foram preparadas três trincheiras de, aproximadamente, um metro quadrado cada e cerca de quinze centímetros de profundidade, com a finalidade de minimizar os esforços dos educandos e otimizar o tempo, tendo em vista que dispúnhamos somente de um período de quarenta e cinco minutos e que os educandos se encontram em idade não superior a doze anos. Para isso, a turma foi dividida em três grupos de cinco componentes.



Figura 1 - Alunos escavando o sítio

Fonte: Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História - GEPEH⁷



Figura 2 - Escavação do sítio

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa em Ensino de História - GEPEH

O trabalho desta primeira etapa consistiu na escavação do sítio, no preenchimento do diário de campo, na etiquetagem e na separação dos materiais encontrados durante a atividade. Todavia, ressalta-se que no dia anterior à aula, o terreno da escola, onde se realizou a experiência, foi cuidadosamente preparado (Figura 3). Nessas trincheiras foram depositados materiais que representavam desde o período da pré-história (fragmentos de ossos, cacos de cerâmica, sementes), passando por vestígios típicos do século XX e materiais que representam os dias atuais, tais como pedaços de CD, VHS, celular. Isso porque, também constava,

⁷ O Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação é constituído pelas professoras da educação básica e do ensino superior, assim como pelas bolsistas de iniciação científica: Mariluci Melo Ferreira, Sandra Mara Barichelo, Dilce Piccin Corteze, Flávia Eloisa Caimi, Francielle Moreira Cassol e Mayara Hemann Lambert.

entre os objetivos do projeto, demonstrar que os arqueólogos trabalham com os vestígios tanto das sociedades mais antigas quanto das contemporâneas.

É importante destacar o envolvimento de toda a turma nessa primeira etapa, mostrando-se entusiasmados nas suas escavações, usando luvas, pincéis, equipamentos para escavar, assim, sentiam-se verdadeiros arqueólogos diante de importantes vestígios. Em meio à atividade, um aluno, desconfiado, comentou: “Foram as professoras que enterraram tudo aqui!” Nesse momento, esclarecemos que a nossa intenção era que eles vivenciassem a experiência da pesquisa arqueológica em um sítio simulado.



Figura 3:- Sítio (simulado) antes da chegada dos alunos

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa em Ensino de História - GEPEH

Na segunda e terceira etapas do trabalho, que compõe a sequência didática, os alunos em sala de aula remontaram suas equipes e partiram para a higienização das peças encontradas na aula anterior (simulação do trabalho laboratorial). Na continuidade dessa aula, eles receberam uma ‘ficha de percepção’ que visava auxiliar na identificação e análise dos vestígios, para que, em outro momento, pudessem realizar releituras e reconstituições dos objetos arqueológicos.

Na segunda turma em que foi desenvolvido o projeto, a experiência da escavação teve de ser realizada em caixas-sítio (Figura 4). No dia anterior à aula, momento de preparar o terreno, não foi possível permanecer no pátio, em virtude do mau tempo, optando-se, então, pela

realização da atividade em sala de aula. Para isso, foram preparadas três caixas de papelão contendo objetos que faziam referência a três diferentes épocas. Para a simulação da terra, optou-se pelo uso de flocos de espuma, o que foi explicado para os alunos em aula.



Figura 4 - Alunos em sala de aula analisando as peças encontradas na escavação
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa em Ensino de História - GEPEH

Ao entrarem em sala de aula, foi pedido aos discentes que se dividissem em três diferentes grupos, e os materiais foram entregues. Dentre os objetos utilizados nessa etapa da experiência destacam-se pás, pincéis, pranchetas, etiquetas, lápis, caneta e borracha. Primeiramente, explanou-se a respeito de algumas questões levantadas a partir do questionário respondido pelos alunos. Após, foram-lhes explicadas questões referentes à arqueologia e ao trabalho do arqueólogo, além de sua importância no auxílio à escrita da história, como exemplo na escrita sobre a pré-história, período estudado pelos alunos. Nesse contexto, o trabalho arqueológico foi comparado à tarefa de um detetive, pois os alunos iriam investigar as peças a fim de retirar informações delas, a partir de sua análise e interpretação.

Para a escavação, cada aluno pegava uma pá e retirava camadas de terra (ou espuma, no caso das caixas-sítios) até o momento em que encontrava um artefato. Quando encontrado, passava-se a pá para outro colega. Além disso, em cada grupo, um aluno ficou responsável pela confecção do diário de campo (Figura 5). Nesse diário, o aluno desenhou

o sítio, registrou a ordem em que os objetos foram encontrados e o que, em um primeiro momento, os alunos achavam que era a peça, pois, após a análise a ideia primeira poderia ser refutada. Ao término das escavações, os alunos separaram as peças em sacos plásticos, etiquetaram-nas e, após, realizaram a sua limpeza, com a finalidade de que compreendessem os passos de um trabalho arqueológico, já que este não se resume somente à escavação.



Figura 5 - Aluna escrevendo o diário de campo

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa em Ensino de História – GEPEH

Em um terceiro momento, foi entregue à turma uma 'ficha de percepção', visando auxiliá-los na análise dos fragmentos. Dentre as perguntas norteadoras dessa ficha constavam questões como: O que parece ser o objeto? Que cor tem? Que cheiro tem? O material usado é manufaturado? Onde foi feito? Quem o fez? Assim, por meio dessa ficha, os educandos puderam melhor explorar os objetos e, na discussão com os membros de seu grupo, descobrir informações sobre as sociedades a que pertenceram as peças. De maneira geral, todos os alunos conseguiram responder as questões propostas nesta experiência de simulação de práticas de arqueologia. Em tal modelo de atividade, os alunos tiveram de exercitar a responsabilidade com o objeto, sua análise, seu manuseio, a comparação dos objetos e materiais com seus próprios conhecimentos e a imaginação. Por isso, defende-se no presente estudo a ideia de que trabalhos dessa natureza são muito profícuos em turmas do Ensino Fundamental. Segundo a professora titular das turmas, tais

propostas despertam nos alunos o interesse por artefatos que não se encontram facilmente ao alcance da visão, mas que podem estar escondidos, bem próximos, como no pátio de uma escola. Nas semanas seguintes, alguns alunos comentaram em aula que haviam encontrado ossos enterrados no pátio de suas casas, sugerindo que, talvez, pudessem ter valor arqueológico.

5 CONCLUSÃO

O que se pretendeu, ao realizar esta atividade simulada de arqueologia, foi desenvolver, com os alunos da escola, desde conceitos como arqueologia, fósseis, patrimônio e cultura material, até valores como solidariedade, trabalho em equipe e companheirismo, além do resgate da identidade regional, através de um processo de identificação e reconhecimento do patrimônio local, visto que os sítios arqueológicos são patrimônios de todos, razão pela qual devem ser conhecidos, preservados e valorizados.

Enfim, o ensino de História por meio da cultura material também desmistifica a ideia de que os objetos só são importantes se pertenceram às classes dominantes, possibilitando que os educandos percebam-se como agentes da História. Segundo Bessegatto (2010), a intenção é que o aluno, pesquisando e expressando-se, passe a agir e interagir com seu meio. Sendo assim, a construção do conhecimento histórico ocorre quando se percebe a relação dos artefatos com a sua própria história. E, ainda, quando o aluno dá-se conta de que seus próprios objetos são fontes para a construção da História, aprimora sua consciência crítica em relação ao mundo em que vive. Como professora de História, objetiva-se despertar o interesse nos alunos com a novidade da proposta, sempre que possível problematizando-a, para que possam construir o conhecimento histórico escolar. Com essa proposta de ensino, objetiva-se também contribuir para que os alunos se vejam como sujeitos históricos, a fim de que desenvolvam a cidadania de maneira plena.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. M.; SILVA, A. C. de M.; ALVES, R. C. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção ideias em ação)
- BESSEGATTO, M. L. **O Patrimônio em Sala de Aula: fragmentos de ações educativas**. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.
- CAIMI, F. E. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: Ediupf, 2001.
- ELÍBIO JR., A. M. **Patrimônio Cultural e Turismo I: livro didático**. V. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.
- FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.
- HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- MATOS, A. P. Educação Patrimonial nas escolas e empreendimentos arqueológicos: A Cultura Material nos bens culturais familiares. In: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - O BRASIL CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL. **Anais**. Santa Maria: UFSM/Unifra, 2010.
- MATTOZZI, I. Currículo de História e educação para o patrimônio. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008.
- MORAES, A. P. **Educação Patrimonial nas Escolas: aprendendo a resgatar o Patrimônio Cultural**. São Paulo: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2007.
- PRATS, J. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 1, Especial, Dossiê Educação Histórica, p. 191-218, 2006.
- SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
- SOARES, A. L. R.(Org.). **Educação Patrimonial: Teoria e Prática**. Santa Maria: UFSM, 2007.
- _____. Proposta Interdisciplinar de Ensino de Educação Patrimonial e Arqueologia no Ensino Fundamental. In: X JORNADA DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO - BRASIL TEMPO PRESENTE: OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA. **Anais**. Santa Maria: UNIFRA, 2004.
- TRAZZI, A. (Coord.). **Educação patrimonial: olhar o passado para entender o presente e projetar o futuro**. Espírito Santo: Petrobras, 2008.

ZABALA, A. **A prática educativa.** Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em 11/10/2011

Aprovado em 15/12/2011